

DF - Planalto Arquivo Público agora resgata memória do DF

ELIANE OLIVEIRA
Da Editoria de Cidade

Você possui ou tem conhecimento de algum documento sobre a história da construção de Brasília referente ao Plano Piloto, Entorno, Planaltina, Brasília, acampamentos pioneiros, patrimônio cultural ou antigas fazendas do DF? Caso a resposta seja afirmativa, procure o Arquivo Público, que está promovendo a campanha "Mostre seu amor pela cidade".

A campanha tem a finalidade de localizar, identificar, referenciar e recolher documentos significativos, para o estudo e conhecimento da história técnica-artística da construção da capital. Em uma primeira etapa, será adquirido material datado até 21 de abril

de 1960 — dia da inauguração de Brasília.

CONTAS DE LUZ

Uma ampla estratégia de divulgação está sendo preparada pelos técnicos do Arquivo Público, através de cartazes e da distribuição de encartes nas contas de luz da CEB, a partir do dia primeiro de março. O comunicado é uma carta-resposta comercial, com porte pago, sob a forma de formulário, visando a atingir, inicialmente, as comunidades do Plano Piloto, Planaltina, Núcleo Bandeirante e Vila Planalto.

Segundo o gerente cultural e técnico do Arquivo, Antônio Emílio da Costa, o fato de Brasília ter sido tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco foi principal

desencadeador da iniciativa. Além de mapas, plantas, fotografias, filmes, revistas, jornais, postais, cartazes, relatórios técnicos, diários de obras e quaisquer documentos que retratem a história da cidade, pretende-se colher depoimentos orais de pioneiros.

"Já entrevistamos o primeiro diretor administrativo da Novacap, Ernesto Silva. No decorrer da campanha, denominada Projeto Memória da construção de Brasília, várias pessoas serão ouvidas". Esclareceu, no entanto, que ao iniciar os trabalhos de gravação de depoimentos de forma sistemática, haverá uma seleção prévia dos entrevistados.

Com relação ao tombamento de Brasília, o assessor da superintendência do Arquivo, Sebastião Afonso

Moreira, tem um argumento forte: "Se temos que preservar o edifício, por que não preservar também sua história"? Para a identificação e recolhimento de documentos, a campanha de divulgação será veiculada não só através da CEB, mas ainda pelo rádio e televisão.

De acordo com os idealizadores do projeto, apesar da experiência da criação e construção da cidade inspirar reflexões e motivar estudiosos de vários países, as fontes primárias e os documentos específicos sobre suas características ainda encontram-se dispersos e não foram alvo de um trabalho de preservação e conservação. "Nosso objetivo é fornecer referências para pesquisadores, indo desde o tipo de documento até o nome de suas fontes", explica Antônio Emílio.

História da transferência

Após a Revolução de 30, em julho de 1934, um dispositivo foi colocado no artigo 4º das Disposições Transitorias, na promulgação da Constituição Republicana: "Será transferida a Capital da União para um ponto central do Brasil". Assim, caberia ao Presidente da República, Getúlio Vargas, nomear uma comissão para estudar os melhores locais para a transferência. Concluídos os estudos, a Câmara dos Deputados escolheria o local e tomaria, "sem perda de tempo", as providências necessárias à mudança.

Demorou alguns anos a aplicação do dispositivo. A Constituição do Estado Novo (1937) nada mencionava sobre a transferência, mas também nada proibia. Em 1939 o engenheiro Colmara Bueno apresentou a Getúlio um memorial que sugeriu a retomada do problema. E em agosto de 1940, o presidente lançou, em Goiânia, a "Cruzada Rumo ao Oeste".

As pressões eram intensas e, no ano de 1945, a assembleia geral do IBGE pronunciou-se sobre a questão. A seguir, a Constituição de 46 determinou que o Presidente da República deveria nomear o grupo dentro de 60 dias. Eurico Gaspar Dutra cumpriu a determinação e instituiu a "Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital", que terminou seus trabalhos com dois anos, mantendo-se na região estudada por Cruls.

A área de localização da Nova Capital foi denominada "Retângulo do Congresso", onde os estudos mais aprofundados partiram do Relatório Belcher através de um contrato entre o governo do Brasil e a Donald Belcher and Associates (EUA). O resultado constou de uma análise de 52 mil quilômetros quadrados, para a seleção final de cinco setores. Os estudos foram iniciados em abril de 1954 e concluídos em fevereiro de 1955.

O local foi escolhido e os trabalhos para a construção de Brasília começaram, por determinação do presidente Café Filho. Em abril de 56, Juscelino Kubitschek tratou da criação da Companhia Urbanizada da Nova Capital (Novacap), que recebeu os encargos da construção da cidade. No mesmo dia da fundação foi lançado um concurso público para a apresentação do Plano Piloto, que contou com 26 concorrentes, sendo classificado em primeiro lugar o projeto do arquiteto e urbanista Lúcio Costa.

Marquês de Pombal foi o primeiro

A primeira etapa do projeto limita-se à data da inauguração de Brasília, em abril de 1960. O material a ser recolhido e identificado não tem restrições históricas a épocas anteriores. Além de documentos impressos e orais — estes através de depoimentos de arquitetos, engenheiros, artistas plásticos, administradores, operários e pessoas que tiveram atuação marcante — vale lembrar que as primeiras idéias de interiorização da capital brasileira surgiram há dois séculos.

Os primeiros pensamentos de transferência da capital, como sede do Governo do Brasil Colônia e do próprio Reino de Portugal, partiram do Marquês de Pombal, em 1761. Tempos depois, quando a Corte Portuguesa transferiu-se para o Rio de Janeiro, em 1808, já se admitia a necessidade de mudança. Em memorial ao príncipe regente, Dom João VI, o conselheiro e chanceler, Veloso de Oliveira, advertia: "É preciso que a Corte não se fixe em algum porto marítimo, principalmente se ele for grande e em boas proporções para o comércio... A capital deve se fixar em lugar sôlo, ameno e aprazível".

José Hipólito da Costa, defendendo a interiorização da capital em artigo publicado em 1813, no CORREIO BRAZILIENSE, editado em Londres, afirmou que o

Rio de Janeiro não possuía nenhuma das qualidades necessárias para ser a capital do Império do Brasil. "... se os cortesões que para ali foram de Lisboa tivessem assaz patriotismo e agradecimento pelo país que os recolheu, fariam um sacrifício... e se iriam estabelecer em um país do interior..."

As manifestações de interesse pela transferência do Distrito Federal foram tantas que a idéia foi avançando. Em 1813, José Bonifácio de Andrade e Silva encaminhou, à Assembleia Constituinte, a "memória sobre a necessidade de edificar no Brasil uma nova capital", fazendo sugestões quanto à localização da sede — Comarca de Paracatu — e quanto a nomes: Petróleo ou Brasília.

Nos "Autos da Devassa", por ocasião da Inconfidência Mineira, em 1789, Domingos de Abreu Vieira sugeriu que a sede deveria ser em São João Del Rey, "por ser aquela vila mais bem situada e farta em mantimentos". A premissa veio a se repetir de 1834 a 1839, quando o historiador Francisco Adolfo Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, manifestou-se diversas vezes a esse respeito. Entretanto, posteriormente, preferiu o Planalto Central, por julgá-lo mais importante.

O nome Brasília, dado por José Bonifácio, foi mantido no projeto de lei que Holanda Cavalcante, como reflexo de toda a

campaña pró-mudancista, apresentou ao Senado, em 1852. Em agosto de 1883, aconteceu o famoso sonho de São João Bosco, que vislumbrou uma terra de riqueza inconcebível, entre os paralelos 15 e 20, na qual deveria ser construída a nova capital.

ÁREA

A idéia começou a se concretizar com a inclusão na Constituição Federal de 1891 — advento da República — de um texto que dizia que pertencia à União uma zona de 14 mil 400 quilômetros quadrados, no Planalto Central, "que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura nova capital". A escolha da área foi efetivada em maio de 1892, com a criação da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, chefiada pelo belga Luís Cruls, diretor do observatório Astronômico do Rio de Janeiro, com o objetivo de demarcar o terreno.

A comissão, composta por 23 pessoas, percorreu, entre vários pontos, as cidades de Goiás Velho, Pirenópolis e Formosa e elaborou o Relatório Cruls, escrito de forma analítica e, ao mesmo tempo, poética, apesar das dificuldades em se viajar tão longa distância montados em lombos de burros. O Arquivo Público do DF possui a primeira edição da obra.